



FGV DIREITO SP
FGV LAW

DISCIPLINAS OPTATIVAS DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

2º SEMESTRE DE 2024

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
LATO SENSU (FGV LAW)

Apresentação

Considerando a importância do desenvolvimento de competências e habilidades nos(as) profissionais da área jurídica para que esses se preparem para as transformações (inclusive tecnológicas) do mercado de trabalho, o FGV LAW reservou uma parcela da carga horária do curso de pós-graduação para o aperfeiçoamento de competências já demandadas no dia a dia da prática jurídica.

Com foco nesses objetivos e com o propósito adicional de promover maior interdisciplinaridade, instigar o protagonismo do corpo discente e provocar discussões alinhadas às necessidades do mercado de trabalho e da prática jurídica ou negocial, o FGV LAW oferece disciplinas optativas considerando os quatro principais eixos de competências: i. Competências técnicas, que têm como objetivo habilitar discentes para gerenciar projetos e iniciativas inovadoras; ii. Competências relacionais e humanas, cujo objetivo é fomentar as capacidades de escuta, diálogo e ação estratégica; iii. Competências conceituais, que visam a agregar repertório em temas socialmente relevantes; e iv. Competências digitais, com as quais buscamos propiciar ao alunado ambientação e trânsito em ambiente digital. O programa visa a proporcionar a posse de um vocabulário mínimo que é esperado em profissionais versáteis, além de formar especialistas que transitem de forma confortável em ambientes de negócios e que detenham habilidades comportamentais essenciais ao enfrentamento dos desafios do mercado.

A oferta das disciplinas optativas se dará a todo o alunado, o que proporcionará trocas entre discentes de diversos cursos e irrigará as redes de contatos individuais, promovendo *networking* diferenciado e espaços múltiplos para reflexões valiosas e conexões significativas.

No decorrer do curso, os(as) alunos(as) receberão o leque de disciplinas optativas disponíveis, bem como informações referentes aos critérios de matrícula. Algumas dessas disciplinas podem ser observadas a partir das informações disponibilizadas neste programa.



Público-alvo

As disciplinas optativas serão ofertadas, em datas pré-determinadas pela Coordenação do Programa de Pós-graduação Lato Sensu (FGV LAW), a todos(as) os(as) alunos(as) vinculados aos cursos de Pós-graduação Lato Sensu iniciados a partir do segundo semestre de 2024.



Metodologia

O FGV LAW enfatiza o uso de metodologias participativas de ensino, que colocam o(a) aluno(a) no centro do processo de aprendizagem. As disciplinas mesclarão aulas com exposição dialogada, discussão de casos, exercícios aplicados e simulação de situações concretas.



Realização

Carga horária por disciplina: 28 horas-aula

1º Período previsto: entre maio e julho/2025

2º Período previsto: entre outubro e dezembro/2025

Dia da semana: de acordo com a disciplina escolhida

Modalidade: presencial*

Horário: das 19h às 22h40**

Matrícula nas disciplinas optativas: a partir de comunicação do FGV LAW a ser encaminhada ao alunado em momento oportuno.

**A Escola pode também ofertar disciplinas em modalidade distinta ao contrato, mas a matrícula nelas dependerá de disponibilidade de vagas.*

***Nas disciplinas imersivas, que ocorrem nos meses de Julho e Dezembro, pode ocorrer de ter oferta aos sábados no horário das 9h às 12h40 e/ou das 14h às 17h40.*

Importante: se necessário, o Programa de Pós-Graduação Lato Sensu (FGV LAW) poderá alterar o calendário original das disciplinas optativas.

A relação de disciplinas optativas ofertadas está sujeita a alterações. Este programa apresenta disciplinas previstas, mas que poderão ser confirmadas oportunamente.

Disciplinas Optativas Previstas

(em atendimento às demandas do mercado, o catálogo de disciplinas optativas é sujeito a alterações)

Comunicação de Riscos

Nos últimos anos, o conceito de sociedade de risco, concebido pelo sociólogo alemão Ulrich Beck, em 1986, tem se tornado uma realidade. O uso das mídias sociais como principal fonte de consumo de informações, muitas vezes sem apuração, tem potencializado os riscos de distorção dos fatos e a promoção e disseminação de desinformação e crimes de ódio, por exemplo. Isso configura o que chamamos de ampliação social das crises. Na perspectiva da comunicação de riscos, a presente disciplina tem o objetivo de preparar o corpo discente para o gerenciamento dos riscos, em detrimento à gestão de crises. Neste sentido, ao final da disciplina, o corpo discente estará apto a reduzir e gerenciar os riscos associados ao seu campo de atuação profissional, evitando que eles se transformem em crises potencializadas pela dinâmica da sociedade em rede.

São temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Da gestão de crises à gestão de riscos – aspectos comunicacionais;
- Os ciclos da ciência do risco: percepção, avaliação e gerenciamento;
- O papel social da comunicação de riscos: limites, desafios e possibilidades;
- A comunicação de riscos na sociedade em rede: explorando as potencialidades;
- Estudos de caso – os riscos como fenômeno constante; e
- Elaboração de ações e planos de comunicação de riscos com recursos de *media interventions*.

Diversidade nos Ambientes Jurídicos

Esta disciplina pretende, por meio da aplicação de metodologias ativas, abordar temas que demonstrem a importância da diversidade nos espaços de trabalhos jurídicos como ferramenta geratriz de eficiência e rentabilidade. Para tanto, provocaremos reflexões acerca das questões de gênero, etnias, orientação sexual e habilidades físicas e mentais, bem como seus impactos e desafios na busca da construção de um ambiente diverso. Analisaremos, também, o processo de tomada de decisão humana, as influências dos estereótipos construídos socialmente e dos preconceitos implícitos nas conclusões a que chegamos e os seus efeitos nas práticas corporativas e institucionais. E, por fim, situaremos este tema nas discussões de ESG (*Environmental, Social and Governance*), relacionando-os e apontando como a diversidade pode ser um instrumento das políticas de governança. A abordagem destes temas se propõe a desenvolver nos alunos e alunas o pensamento crítico, a criatividade, capacidade de resolução de problemas complexos, a otimização da inteligência emocional e a habilidade de liderança.

Relações de Consumo no Ambiente Digital

Muitos produtos e serviços da atualidade são baseados em tecnologias digitais, trazendo para as Relações de Consumo discussões sobre temas como proteção de dados, metaverso, discriminação algorítmica, reconhecimento facial, geopricing, entre outros. O objetivo da disciplina é, a partir da análise de casos concretos, fazer uma releitura dos conceitos tradicionais do Direito do Consumidor (que foi concebido em meio a uma sociedade industrial) à luz dos desafios do Século XXI. Ao final da disciplina, o aluno será capaz de interpretar princípios e conceitos do CDC no contexto da sociedade contemporânea. Alguns temas a serem abordados na disciplina são:

- Relação de Consumo Digital: produtos e serviços gratuitos, prosumerismo e a vulnerabilidade agravada.
- Práticas Comerciais contemporâneas: publicidade dirigida, reconhecimento facial, discriminação algorítmica, geopricing e geoblocking.
- Produtos Conectados: a Internet das Coisas, dos Brinquedos e dos Corpos.
- Fato e vício do produto e do serviço no século XXI: “adequação” e “segurança legitimamente esperada” em produtos e serviços digitais.
- Novos tipos de danos: danos psíquicos, segurança de dados, dependência tecnológica, danos causados por robôs e algoritmos.
- Uso de dados e diálogos entre o CDC e a LGPD.

A disciplina se mostra especialmente relevante para o público que lida com aspectos relacionados a Tecnologia, Relações de Consumo, Direito Concorrencial, Direito Empresarial, Direito Digital e Proteção de Dados.

Jurimetria – direito por evidências

A disciplina tem por objetivo compreender e analisar a importância da aplicação da Jurimetria na atuação preventiva e corretiva pelo profissional do direito (consultivo e contencioso). Indo além das opiniões e teses jurídicas dogmáticas, para a aplicação do direito a partir de evidências e dados estatísticos, viabilizando a gestão preventiva e eficiência jurídica; muito além do “operador do direito” para o “profissional estratégico do direito”. Ao final da disciplina o(a) discente deverá ser capaz de: (i) identificar a potencialidade de melhoria contínua de sua atividade jurídica por meio de evidências; (ii) interpretar pontos de melhoria na sua atuação pela Jurimetria; e, (iii) implementar soluções práticas com projetos aplicados.

São temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Conceito e aplicação de dados ao direito (Jurimetria);
- Direito, Inovação Tecnológica, Criatividade e Inteligência Artificial;
- Análise Econômica do Direito e sua aplicação prática;
- Jurimetria e a Teoria tridimensional do Direito: a dinâmica da autonomia privada aos negócios jurídicos;
- Jurimetria e o litígio;
- Jurimetria como instrumento de prevenção e aperfeiçoamento contratual; e
- Gestão preventiva e eficiência jurídica.

O programa de Jurimetria tem grande relevância para o profissional do direito responsável pela tomada de decisões estratégicas e/ou para munir os tomadores da decisão com dados empíricos e evidências. Muito além da costumeira análise abstrata e/ou dogmática do direito, a(o) profissional busca o conhecimento do direito por evidências e a análise de suas consequências. O programa tem como público-alvo as(os) profissionais do contencioso e do consultivo estratégico, que buscam competências e habilidades diferenciadas, especialmente atuando nas seguintes áreas do direito: civil, contratos, digital, consumidor, trabalhista, tributário, empresarial e regulatório. Além de capacitar o conhecimento em relação a importância da aplicação da Jurimetria na sua atuação profissional, será desenvolvida a habilidade de interdisciplinaridade entre a Jurimetria, Análise Econômica do Direito, Legal Design e Visual Law; representando uma importante competência ao jurídico estratégico.

Uso de dados para o Direito

O uso de dados torna-se uma atividade cada vez mais importante para a área jurídica, seja para o direito material (ex. proteção de dados), seja para a prestação dos serviços jurídicos (ex. estratégia jurídica). É essencial que quem atue na área conheça cada vez mais não apenas uma gramática básica de Ciência de Dados, como também as potencialidades e os limites que o uso de dados traz para o seu dia-a-dia. O objetivo geral desta disciplina é formar profissionais capazes de usar dados (ou compreender seu uso) para sua atividade jurídica. Espera-se especialmente que estudantes sejam capazes de pensar o Direito e a prestação dos serviços jurídicos a partir do emprego de informações estruturadas e não estruturadas,

utilizando-as para melhor compreensão dos problemas e estruturação de argumentos e soluções com maior probabilidade de sucesso. A disciplina estimulará participantes a entenderem como informações são coletadas, armazenadas, tratadas, enriquecidas, analisadas e apresentadas para melhores resultados.

São temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Dados: conceitos, tipos e ciclo de vida;
- Estruturação da informação: como coletar informação e estruturar bancos de dados?;
- Pensamento com base em dados: como gerar interpretações a partir de informações?; e
- Prevenção e correção de desvios e vieses no processo de coleta, processamento e interpretação dos dados;
- Visualização e apresentações de informações: como solicitar (ou produzir) apresentações que usem dados de maneira efetiva?
- Argumentação baseada em dados: como construir uma narrativa jurídica fundamentada na análise de dados.

A disciplina se mostra relevante para o público que atua em todas as áreas do Direito, em especial aos interessados em aperfeiçoar suas habilidades de entendimento e construção de soluções estratégicas para problemas jurídicos complexos.

Transformação Digital nos Serviços Jurídicos

O uso de softwares para gestão automatizada dos serviços jurídicos está se tornando cada vez mais comum e necessário. Das ferramentas mais simples de acompanhamento processual a sofisticadas soluções que empregam inteligência artificial para sugerir teses, indicar pontos de atenção ou fazer registro e triagem de informações, ferramentas mostram que uma transformação digital está em curso na prestação de serviços jurídicos. O objetivo geral desta disciplina é formar profissionais capazes de lidar com processos de transformação digital em sua prática. Espera-se especialmente que estudantes sejam capazes de conduzir processos de incorporação de tecnologia em organizações jurídicas, dos menores e mais próximos do seu dia a dia, aos maiores e mais disruptivos em sua organização. A disciplina estimulará participantes a avaliarem sua própria realidade para julgarem o quanto estão suscetíveis aos impactos provenientes da automação, em quanto tempo isso diferentes graus de afetação poderão ocorrer e o que podem fazer para lidar melhor com esse movimento. Também saberão avaliar sua prática para identificar soluções disponíveis que mais se ajustam às suas necessidades.

São temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Etapas de incorporação de tecnologias digitais em organizações: digitalização e transformação digital;
- Gestão de conhecimento: como armazenar e organizar as informações para uma transformação digital das organizações?
- Automação de serviços: o que significa automatizar serviços? Aplicações de automação e inteligência artificial na prática jurídica; e
- Gestão de automação: como identificar serviços que podem ou não ser automatizados, com base na conveniência e nos limites da automação?

A disciplina é especialmente relevante para profissionais que participam da administração de organizações jurídicas ou que conduzem ou queiram conduzir processos de inovação e transformação tecnológica nesses locais, nas mais variadas áreas do direito.

Dispute System Design

O *dispute system design* é um método que se propõe a criar sistemas de prevenção, administração e resolução de disputas personalizados para empresas, organizações não governamentais, poder judiciário e Estado. Utilizado, geralmente, em situações de conflitos (complexos ou não) massificados ou repetitivos, bem como forma de construção de um sistema preventivo e de tomada de decisões com o objetivo de se evitar a escalada do conflito. São temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Conceito, origem, peculiaridades e passos do *Dispute System Design*;
- Legal Design: origem, conceito e metodologias. Como aplicar o Design à prevenção e resolução de disputas;
- Implementação de sistemas de prevenção de conflitos e possíveis ferramentas; e
- Desenvolvimento de escuta ativa, pensamento de design, planejamento, estruturação e gestão de processos, comunicação, liderança e criatividade.

A disciplina terá enfoque em *Legal Design* e busca empoderar os alunos a buscarem formas criativas e efetivas de solucionar problemas e cocriar sistemas de resolução de disputas por meio da aplicação do pensamento e de metodologias de Design. Recomendamos que a(o) aluna(o) tenha cursado previamente Negociação ou Gestão de Conflitos.

Legal Design

Legal Design já é uma realidade nos principais escritórios e empresas mundo afora. Afinal, o atual cenário de complexidade, ambiguidade, concorrência acirrada e veloz transformação social e tecnológica exige que o repertório do profissional jurídico extrapole a memorização de leis e regimentos de tribunais superiores. Por meio de soluções colaborativas, métodos criativos e processos de inovação, problemas complexos podem deixar de ser obstáculos e se tornarem novos serviços e produtos, bem como diferenciais competitivos. Ao longo dos últimos 50 anos, o Design e o Design Thinking influenciaram significativamente o desenvolvimento de empresas de todos os segmentos, assim como auxiliaram diversas áreas do conhecimento humano na criação de soluções até então inexistentes para problemas complexos e multifatoriais. A partir dos anos 2000, por meio das reflexões de Collette R. Brunschwig, Helena Haapio, Stefania Passera, Margaret Hagan e demais, a expressão "Legal Design" passou a fazer parte do repertório de profissionais interessados (a) pela solução de problemas jurídicos complexos; (b) pelo desenvolvimento de serviços centrados nos clientes e/ou usuários finais de documentos legais; (c) pela melhoria da comunicação envolvendo informações jurídicas; (d) pelo incremento da colaboração e dos processos e decisões que envolvem o Direito; bem como (e) pela criação de novos serviços e produtos jurídicos. A disciplina explorará os seguintes tópicos:

- Estudos de Caso: A Prestação de Serviço Jurídico face à Revolução da Automação.
- Laboratório de Inovação: trabalho em grupo focado na experiência do cliente de serviços jurídicos (criação de persona, empatia, ideação e prototipação).
- Design, Design Thinking e Legal Design: Conceito, Evolução Histórica e Prática das Metodologias.

- *Storytelling, Pitch, Gamificação* - Comunicando Valor para o Cliente: Como criar narrativas atraentes, coesas e impactantes para serviços e produtos jurídicos
- Desenvolvimento de pensamento de design, planejamento, estruturação e gestão de processos interdisciplinares, comunicação, liderança e criatividade.

A disciplina será ministrada de maneira a priorizar a vivência do processo estruturado de Design Thinking e do seu potencial de inovação. O aprendizado também será facilitado por meio de diálogos socráticos, entrevistas estruturadas, sessões de brainstorming, projetos de estudo e análises de casos.

Gestão de Conflitos

O objetivo desta disciplina é proporcionar aos discentes reflexões e experiências que otimizem a construção para si de uma reputação de solucionador de problemas, afastando a imagem comumente associada ao(a) advogado(a) de fomentador da litigiosidade. Assim, ao final do curso, os(as) discentes deverão ser capazes de (i) utilizar ferramentas conhecidas de negociação, mediação, conciliação e outros meios consensuais de forma a (ii) otimizar a criação de valor nos negócios e (iii) maximizar os resultados do gerenciamento de situações conflituosas, especialmente as que versam sobre relações continuadas, a exemplo das relações familiares, empresariais, sucessórias e similares.

São temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Natureza dos conflitos: relações pontuais e relações continuadas.
- Peculiaridades dos conflitos familiares e sucessórios e suas repercussões na escolha do meio adequado para gerenciá-los.
- A importância da escuta ativa e da empatia na superação da adversariedade nos conflitos de natureza continuada;
- Autonomia, liderança fluida e criatividade na construção de acordos; e
- As alterações do CPC (2015) e a Lei 13.140 (2015): mediação judicial e extrajudicial.

Criptoativos e ativos virtuais: uma abordagem interdisciplinar

Nos últimos anos, os criptoativos vem ganhando destaque, seja pela promessa de retornos elevados e de inúmeras possibilidades de aplicação da tecnologia a eles subjacentes, seja pela volatilidade do mercado, ataques cibernéticos e crimes como pirâmide e lavagem de dinheiro. Como se trata de mercado ainda não consolidado, há diversas questões em aberto e muitas das respostas atualmente aceitas estarão defasadas em pouco tempo. Por essa razão, a mera compreensão das características atuais do mercado é de pouca valia, sendo mais importante conhecer as melhores fontes de informações sobre o assunto e relacionar as discussões atuais com os conhecimentos jurídicos já adquiridos. Isso só é possível por meio de uma abordagem interdisciplinar, na qual os criptoativos são analisados sob a ótica da Economia e de diferentes áreas do Direito. O objetivo desta disciplina é possibilitar que alunos(as) consigam relacionar as discussões atuais com suas áreas de interesse, posicionando-se criticamente nos temas de fronteira.

São temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Características dos principais criptoativos (Bitcoin, Ethereum, Tether etc)
- Regulação de criptoativos
- Semelhanças e diferenças entre criptoativos, moeda, moeda eletrônica (e-money) e valores mobiliários

- Criptoativos, inclusão financeira e sustentabilidade
- Tendências recentes de mercados de pagamentos: pagamentos instantâneos e pagamentos transfronteiriços
- Tokens
- Contratos inteligentes
- Criptoativos, fintechs e a evolução do Direito Empresarial

A disciplina se mostra especialmente relevante para o público que lida com Direito Empresarial, Direito dos Contratos, Direito Regulatório, Direito Bancário, Direito do Mercado de Capitais e aos interessados em analisar a incorporação das inovações financeiras recentes pelo Direito. Uma vez que se trata de um tema de fronteira, a maior parte da bibliografia indicada para preparação prévia será em inglês.

Linguagem e Persuasão

A disciplina tem como objetivo o aprimoramento da comunicação oral e escrita, por meio de abordagem de temas tradicionais de linguagem e da Língua Portuguesa, aplicados a diferentes formas de apresentação do discurso jurídico. E, com o aprimoramento da comunicação, visa-se ao aperfeiçoamento de aptidão para a formação de convencimento, de que necessita o profissional jurídico para a solução de questões jurídicas cotidianas.

São temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Comunicação: elementos e espécies;
- Língua, Linguagem e seus níveis;
- Políglotismo na própria língua;
- Vocabulário jurídico;
- Texto: estruturação e espécies;
- A gramática da Língua Portuguesa aplicada ao discurso jurídico;
- Argumentação e persuasão.

O público-alvo da disciplina são os profissionais jurídicos que visem ao aprimoramento da linguagem oral e escrita no discurso jurídico.

ESG e Corporativismo Consciente

A pandemia, a injustiça racial, o aumento da desigualdade de renda e as mudanças climáticas aumentam as demandas para que o capitalismo se torne mais consciente. Uma das funções mais importantes desta disciplina é desenvolver nos alunos e nas alunas uma consciência crítica das práticas e desafios presentes nas atividades corporativas. Por meio de uma combinação de aulas expositivas com estudos de caso focados, leituras dirigidas e metodologias ativas, esta disciplina visa demonstrar como incorporar considerações ambientais, sociais e de governança em estratégias de negócios e investimentos.

O público-alvo da disciplina são pessoas que buscam adquirir competências teóricas e práticas que lhes permitam identificar e estruturar adaptações que modelem as sociedades empresárias aos padrões ESG.

Negociação em Ambiente Jurídico

O objetivo da disciplina é proporcionar o manejo de conceitos, técnicas e estratégias apresentados e exercitados em sala de aula, garantindo, com a superação da ideia de que negociar é um ato predominantemente intuitivo, a racionalização do processo negocial.

Para o desenvolvimento dessas habilidades, serão temas norteadores das aulas:

- Os desafios da negociação em contratos e na solução de conflitos;
- O papel do(a) advogado(a) na negociação (behind the table e across the table) e as três tensões fundamentais do processo de negociação;
- Técnicas e estratégias para negociações integrativas e distributivas;
- Defesa dos interesses de acordo com a abordagem do programa de negociação de Harvard;
- A importância do autoconhecimento para o gerenciamento das tendências naturais em cada situação. Análise de performance gravada em vídeo;
- Negociação do(a) advogado(a) com seu cliente (entrevista inicial, esclarecimento de percepções, definição de papéis e de mecanismos adequados de remuneração) e com outro(a) advogado(a); e
- Táticas pesadas de negociação: os limites éticos e legais nas negociações conduzidas por advogados(as).

Gestão de Riscos Corporativos

A disciplina objetiva capacitar as alunas e os alunos a desenvolver uma visão estratégica acerca dos impactos que os riscos corporativos podem ocasionar ao negócio e aos seus stakeholders (governo, acionistas, consumidores, fornecedores, empregados etc.) e como atuar de forma a detectar, avaliar e monitorar riscos estratégicos, táticos e operacionais, mediante a utilização de metodologias e adoção de indicadores específicos. As alunas e os alunos terão a oportunidade de desenvolver um projeto específico para mapeamento e acompanhamento de riscos corporativos nas suas respectivas áreas de interesse, inclusive, com a construção de indicadores.

São temas que poderão ser abordados na disciplina:

- O papel da gestão de riscos no contexto da governança corporativa;
- Riscos estratégicos, táticos e operacionais;
- A relação entre *Compliance*, controles internos, auditoria e jurídico na gestão de riscos;
- As principais metodologias aplicáveis na detecção, avaliação e monitoramento de riscos (COSO, ISO 31000);
- Modelo das 3 linhas de defesa (3LoDs – *Lines of Defense*);
- A função dos indicadores KRI (*Key Risk Indicators*) na atividade corporativa.

Futuro do Trabalho

A disciplina objetiva capacitar as alunas e os alunos a desenvolver uma visão questionadora, inovadora, estratégica e inclusiva acerca dos impactos humanos, produtivos e tecnológicos frutos das transformações das relações humanas e do trabalho. Ao pensarmos o futuro do trabalho e suas possibilidades é importante vislumbrarmos que nunca vivemos um momento tão intenso de transformações múltiplas. No Brasil e no mundo, tais modificações impactam e impactarão a forma de organização do trabalho, sua regulamentação, o papel dos Estados, trabalhadores, contratantes, empregadores e empregados, entre outros. São riscos e possibilidades sociais, econômicas e jurídicas proeminentes no presente e no futuro do trabalho. As alunas e os alunos terão a oportunidade de desenvolver um projeto de releitura do trabalho e suas perspectivas,

avaliar e monitorar riscos humanos, estratégicos, operacionais, mediante a utilização de metodologia multidisciplinar que envolverá Direito do Trabalho, Empresa e Direito Humanos, Sociologia do trabalho e Economia do trabalho, com a finalidade mapearmos, acompanharmos e prospectarmos os riscos humanos e corporativos de acordo com suas respectivas áreas de interesses.

São temas que poderão ser abordados nas disciplinas:

- Refletir sobre interação dos elementos componentes multidisciplinares das relações trabalho, no presente e no futuro;
- Analisar o ritmo de adoção da tecnologia e seus impactos na organização produtiva;
- Compreender a funcionalidade do Gig Economy e da automação do trabalho;
- Analisar o papel dos diferentes atores sociais e econômicos nas mudanças de rota da atividade produtiva;
- Verificar e aplicar disposições legais incidentes sobre os problemas analisados; e
- Atividade empresarial e Direitos Humanos: Os desafios dos impactos colocados pela mudança do trabalho.

A disciplina se mostra especialmente relevante para públicos cuja atuação envolve interlocução com áreas de gestão e administração.

Compliance de Dados e Privacidade

A disciplina visa a (i) apresentar um quadro de normas jurídicas brasileiras que estruturam a compreensão do que envolve a temática de privacidade e dados pessoais no ambiente corporativo; (ii) debater os princípios e principais conceitos que norteiam a Lei Geral de Proteção de Dados; e (iii) identificar práticas realizadas no ambiente corporativo que possam estar em desacordo com a Lei Geral de Proteção de Dados e seus riscos. A partir dos encontros realizados, os(as) discentes estarão habilitados a compreender o contexto e a relevância da privacidade e dados pessoais (independentemente de não atuar diretamente com a área) e a desenvolver a visão crítica acerca de práticas realizadas em escritórios, empresas e instituições que possam se apresentar como risco de descumprimento do normativo de privacidade e dados pessoais.

São temas norteadores das aulas:

- Histórico e fundamentos da proteção de dados pessoais: a proteção de dados pessoais como desdobramento da Privacidade;
- LGPD: Justificativas para a proteção de dados e seus princípios norteadores;
- LGPD: Adequação e suas bases legais;
- Atores no âmbito da LGPD: Direitos e Deveres;
- Boas práticas e Governança;
- Responsabilidade: Decisões automatizadas, algoritmos, padrões de segurança e vazamento de dados; e
- Laboratório prático: Estruturar um documento jurídico com base nos temas abordados em sala.

O público-alvo dessa disciplina são profissionais de qualquer área que desejam compreender sobre Proteção de Dados Pessoais e Privacidade, sendo uma disciplina de cunho introdutório. As aulas contarão com casos e atividades práticas.

Introdução à Lógica de Programação para Profissionais do Direito

A presente disciplina se propõe a desenvolver competências e habilidades em operadores do Direito e demais profissionais que atuem na área jurídica para que a partir de uma compreensão e reflexão sobre programação possam (i) ter uma visão crítica sobre a entrada da tecnologia no mundo jurídico; (ii) possam entender como algumas tecnologias funcionam e seus respectivos limites; e (iii) refletir sobre novas oportunidades aplicadas ao Direito a partir dos ensinamentos aprendidos em sala de aula. Serão abordados temas como: algoritmos, principais comandos de programação como desvios condicionais, iteração/repetição e refletir sobre as linguagens mais apropriadas para o contexto jurídico. A ideia é promover uma experiência única e inovadora na qual os(as) alunos(as) colocarão a mão na massa, mergulhando no universo da programação aplicado ao contexto jurídico.

Fundamentos de Economia para Operadoras e Operadores do Direito

O objetivo da disciplina é apresentar, de forma intuitiva, fundamentos do raciocínio econômico para operadoras e operadores do direito. O direito se desenrola, inclusive na forma de políticas públicas (lei), dadas as restrições de como as pessoas se comportam econômica e socialmente. Por outro lado, a forma econômica de pensar o fenômeno social, e o jurídico em particular, ajuda a compreendermos melhor o funcionamento da sociedade. Por que redução da maioria legal não reduz crime (na teoria e na prática)? Como leis anticorrupção podem ser efetivas ou simplesmente “para inglês ver”? Quais seriam os limites econômicos das leis de proteção ao consumidor? Por que não adianta tabelar preços e congelar gasolina e alimentos? Por que o bolsa família é meritório? Quando é necessário regular mercados e defender a concorrência? O que guerra nuclear, carteis e tragédias ecológicas têm em comum? Essas e outras questões serão abordadas no curso, cujo objetivo é também instigar a curiosidade e o pensamento crítico, conferindo repertório, parte de habilidades socio laborais de advogados. O primeiro segmento das aulas é expositivo e parte de problemas reais; o segundo, envolve atividade de seminário e debate em sala, de modo que todas as aulas sejam dinâmicas e participativas.

O público-alvo desta disciplina são profissionais de direito da concorrência, penal/criminal, que lidam com direito do consumidor, regulatório e tributário.

Liderança e Gestão de Pessoas

A disciplina tem por objetivo apresentar e discutir os conceitos e questões relevantes relativos ao exercício da liderança e à gestão de pessoas nas organizações atualmente. Para tanto, por meio de estudos de casos, debates e seminários, serão tratados temas como o ambiente de trabalho inclusivo e diverso, os desafios da liderança remota e virtual, o trabalho e o engajamento de pessoas e equipes virtuais e multiculturais, e o desenvolvimento das carreiras e competências para o “digital workplace”.

Empreendedorismo e Inovação no Direito

O objetivo desta disciplina é capacitar o aluno a identificar e compreender as relações entre Direito e Inovação, assim como os principais aspectos e particularidades jurídicas envolvidas na concepção,

desenvolvimento e financiamento de negócios inovadores. Os alunos também criam modelos de negócios inovadores e resolverão casos concretos, aplicando soluções adequadas e as melhores práticas do mercado.

Temas examinados na disciplina:

- Direito e Inovação;
- Business Model Canvas: ferramenta para inovação de modelos de negócios;
- Concepção do negócio e início das atividades: arranjos societários preliminares;
- Formação do time: aspectos trabalhistas e contrato de opção de compra (Vesting) para retenção de talentos e colaboradores-chaves; e
- Financiamento: equity crowdfunding, investimento-anjo, capital semente e capital de risco.

A disciplina se mostra especialmente relevante para o público que lida com Direito Empresarial, Direito dos Contratos, Direito Digital e Proteção de Dados e Direito Bancário.

Media Training

A disciplina tem como objetivo aprimorar o entendimento e o relacionamento do(a) profissional da área jurídica com a mídia por meio de abordagens que (i) ampliem a compreensão do papel da mídia na sociedade e (ii) desvendem o funcionamento dos meios de comunicação institucionais e independentes. A partir deste conhecimento, visa-se permitir a construção e o fortalecimento da imagem e da reputação pessoal ou de uma organização perante a opinião pública. Por meio de técnicas de comunicação específicas, espera-se desenvolver no alunado habilidades de comunicação para o posicionamento e presença diante da mídia.

São temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Mídia: o que é e como funcionam os meios de comunicação;
- O papel das redes sociais;
- Mapeamento da imprensa;
- Identidade, imagem e reputação;
- Relacionamento com a mídia, time e deadline;
- Influência da opinião pública na imprensa, estudos de casos;
- Papel e responsabilidades do porta-voz;
- Técnicas de locução;
- Como falar com a imprensa: técnicas de entrevistas: online e presencial
- Simulações de entrevistas: análise de desenvoltura, postura, linguagem corporal e tempo de resposta

O público-alvo da disciplina é composto por profissionais da área jurídica que visam o aprimoramento do relacionamento com a mídia e buscam estarem preparados para atuar como porta-voz.

Sustentabilidade em espaços urbanos: estratégias jurídicas

Mesmo com a desaceleração da urbanização decorrente da pandemia de coronavírus, 68% da população mundial será urbana até 2050, conforme aponta o Relatório Mundial das Cidades 2022 elaborado pela ONU-

Habitat. Essa projeção, associada às mudanças climáticas e a desafios de redistribuição de direitos e recursos e de inclusão social, evoca a necessidade de construir e aperfeiçoar repertórios e estratégias que sejam capazes de estimular e fomentar um futuro ambiental e socialmente sustentável para as cidades. Partindo desse contexto, a disciplina tem como propósito central propiciar aos discentes a compreensão do panorama de desafios e obstáculos ao desenvolvimento sustentável das cidades e das principais tendências, estratégias e boas práticas no campo da regulação, das políticas públicas e das ações governamentais para enfrentá-los, com ênfase em sua estruturação jurídica.

São exemplos de temáticas que poderão ser abordadas: (i) relações entre as dimensões urbanas e socioambiental na governança e planejamento estatal; (ii) estratégias de fomento público à sustentabilidade em espaços urbanos; mecanismos de intervenção estatal direta e parcerias; (iii) promoção à mobilidade sustentável; (iv) modos de gestão de espaços verdes e incentivo à agricultura urbana; (v) contratações públicas voltadas à produção de impactos e inovações socioambientais; (vi) estratégias para promoção da reciclagem e logística reversa; (v) documentos internacionais relacionados a temática (como a Nova Agenda Urbana).

A disciplina é de especial interesse para pessoas que lidam, tanto no setor público quanto no setor privado ou terceiro setor, com desafios de sustentabilidade e/ou com a estruturação jurídica de soluções sustentáveis conectados a contextos urbanos.

★★★ Avaliação

A média para aprovação em cada uma das disciplinas do curso é de 7 (escala de 0-10) e a aprovação está condicionada à presença mínima em 75% das aulas. Os critérios de avaliação são pormenorizados em cada programa de disciplina e seguem diretrizes estabelecidas pela Escola.

Corpo Docente

O corpo docente é formado por profissionais altamente qualificados, titulados e com rica experiência no mercado jurídico. O FGV LAW conta com professores(as) inspiradores(as) que aliam experiência acadêmica com atuação profissional especializada, trazendo para a sala de aula a realidade do mercado. Para conhecer nosso corpo docente [clique aqui](#)